



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 2/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 28 de janeiro de 2015

----- Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 01/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 14 de janeiro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-
dois da Tesouraria (n.º17) respeitante ao dia 27 de janeiro, que apresentava os
seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.327.742,74 (um milhão
trezentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e dois euros e setenta e quatro
cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 958.038,47 (novecentos e cinquenta e oito
mil, trinta e oito euros e quarenta e sete cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 362.292,12 (trezentos e sessenta e
dois mil, duzentos e noventa e dois euros e doze cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara,
sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para dar conhecimento de pequenas
correções efetuadas, nos pontos 4 (quatro) e 10 (dez), da ordem de trabalhos,
bem como solicitar a inclusão do seguinte ponto “**NOMEAÇÃO DE COM –
COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL**”, na ordem de trabalhos. ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, a
inclusão do ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que após
a última reunião de Câmara visitou a obra do Edifício “*Espaço Guadiana*”,
acompanhado pelo técnico Eng.º Paulo Pereira, tendo verificado que a obra
“*ainda está em curso*”, dando como exemplo a falta de acabamentos,
nomeadamente palco, entradas, quadros elétricos, cozinha, sala principal, etc,
e nesse sentido questiona “*as obras continuam ou não, e para quando o seu
término?*”. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para esclarecer que “*a obra
continua. Há correções a fazer*” e que foram dados mais 15 (quinze) dias para
o término da obra, constando os trabalhos não terminados no relatório/auto de
vistoria. Findou referindo que a fiscalização “*é que tem andado lá*”, e como tal
“*procedo/ajo*” em função das informações prestadas pela mesma. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para frisar que as
questões apontadas anteriormente, veem no seguimento de reuniões anteriores,
em que o vereador sr. Paulo Paulino referiu “*que se estavam a fazer*

retificações, após 30 de novembro”, no entanto, “constatamos” que a obra continua, e não “estão a fazer retificações de trabalhos já efetuados”, após a prorrogação de prazo. Findou referindo que o alerta da fiscalização é para retificações “e o senhor vereador acabou de dizer que a obra continua e que deram mais 15 (quinze) dias”, ao qual o vereador sr. Paulo Paulino explicou que a mesma continua para retificações. O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para questionar “como é que o senhor justifica a falta daqueles trabalhos?”. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para referir que esteve na obra há 3 (três) semanas atrás, tendo verificado que “estavam a partir” azulejos e alterar canalizações mal executadas. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio mencionar que “possui” registo fotográfico do espaço, aquando da sua visita, e como tal é da opinião que não se está a fazer retificações, uma vez que “parte dos quadros elétricos e cozinha estavam por montar, portanto, não se está a fazer correções, num caso ou outro tudo bem, agora não me diga que a obra está terminada”. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que não “faz sentido estar a montar uma cozinha, quando existe necessidade de fazer retificações nos esgotos”. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio novamente para mencionar que a obra do Edifício Espaço Guadiana “ tinha que terminar” a 30 de novembro do ano transato, não existindo qualquer prorrogação após essa data, no entanto, “o senhor vereador disse que a obra continua e que deram mais 15 (quinze) dias”. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso que se passa a transcrever: “ Gostaria que ficasse em Ata, porque penso que até agora não foram entregues mais nenhuns documentos, que desde novembro, do ano transato, que não são entregues as despesas discriminadas, da Feira da Perdiz como eu solicitei, como também não foram entregues os custos com a Edição da Revista Municipal que solicitamos na última reunião”. Findou solicitando relatório de custos sobre o montante gasto com a Passagem do Ano, bem como o número de entradas no Castelo e Museus, do ano de 2013 a 2014. -----

----- O vereador, sr Paulo Paulino interveio para entregar os documentos alusivos ao apuramento das contas da Feira da Perdiz, bem como as faturas da Revista Municipal dos anos de 2012, 2013 e 2014. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar se o documento apresentado *“é a discriminação do que foi gasto na Feira da Perdiz”*, e referir que não entende porque *“é que o senhor vereador não entregou os documentos antes de a mesma colocar a questão, não faz sentido nenhum”*. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que na última reunião de Câmara *“assumiu entregar”* os referidos documentos, não sendo os mesmos facultados no início da reunião, por esquecimento. -----

-----O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar no que concerne o relatório da Feira da Perdiz, que *“julga que o encerramento do mesmo foi concluído há pouco tempo, até como é normal, com alguns pagamentos”*, fazendo de seguida *“recordar”* uma situação passada, no ano de 2011 ou 2012, em que *“aprovamos um subsídio ao fim de um ano para pagar despesas relacionadas com a Feira da Perdiz do ano anterior”*. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para alertar que não se pode *“fazer”* despesas sem ter cabimento, e como tal *“não pode dizer que não estava terminado, isso não lhe fica bem”*, tendo o presidente da Câmara intervindo para mencionar que a despesa estava cabimentada, *“e o pagamento pode ser feito à posterior, como é óbvio”*. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio novamente para mencionar que gostaria que o apuramento fosse mais discriminado e que *“ouviu algures que o senhor presidente tinha dito que tinha gasto € 16.000,00 (dezasseis mil euros) com a Feira da Perdiz, não sei se era para dizer que gastava menos de que os outros, mas agora vejo, estou contente, porque vejo um valor de € 23.000,00 (vinte e três mil euros), e ainda não me debrucei sobre o assunto ”*. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para frisar que o valor aproximado dos € 16.000,00 (dezasseis mil euros) *“foi ele que deu ao presidente”*, uma vez que o valor foi falado antes do acontecimento, *“aquilo que estávamos a prever gastar”*. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que “*vai averiguar*” o documento, dado que não “*vê*” contemplado no mesmo o subsidio facultado à Associação ADECMAR. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para agradecer os documentos disponibilizados, no que concerne à formação do Adjunto, sr. Dr. João Simões. Relembrou de seguida, que no mês de novembro, aquando da sua primeira questão e após ser “*confrontado*” por alunos da Universidade do Algarve, sobre a viatura que se encontrava estacionada, junto ao estabelecimento escolar, apenas foi entregue 1 (uma) cópia da formação, realizada entre 15 a 19 de setembro, tendo verificado “*agora*” que o sr. presidente autorizou “*todas as formações*” em 24 de agosto de 2014, e nesse sentido questiona “*se em novembro já tinha conhecimento de todas as formações, o porquê da ocultação das mesmas?*”. Findou solicitando de seguida cópia das despesas efetuadas com as formações, bem como cópia dos documentos contabilísticos. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para frisar que relativamente “*à questão de ocultar não me parece o termo adequado para isso*”, e que a conversa/assunto surgiu quando o vereador sr. José Carlos Pereira “*falou*” da viatura da Autarquia, estacionada junto da Universidade do Algarve, tendo sido explicado que a única “*situação conhecida*” era a formação que o adjunto, sr. Dr^a. João Simões andava a frequentar, no âmbito da Proteção Civil. Deu nota ainda que após a solicitação de provas, por parte dos vereadores opositores “*entendeu que precisava*” de saber se era essa a situação ou não, “*e não foi com o intuito de ocultar, não é esse o meu procedimento, tanto que lhe foi dado as cópias, está aí tudo, tudo aquilo que o senhor quiser consultar tem obviamente os canais abertos para o fazer*”. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para referir que quando solicitou pela primeira vez cópias “*era de todas as formações*”, conforme documentos entregues agora ” *após segunda tentativa*” e datadas de 24 de agosto de 2014, e como tal não entende “*se tinha isto tudo, porque é que só me entregou agora os documentos, por isso é que falo em ocultar, se é grave peço desculpa, vejo que assinou em 24 de agosto, e apenas transmitiu o módulo de 15 a 19 de setembro*”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que *“percebeu que o vereador queria apenas”* comprovativo (no singular) como o adjunto estava inscrito, na formação da Proteção Civil, *“razão pela qual os documentos não foram entregues logo, até tínhamos evitado esta conversa toda”*. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EN 122.1/EM 124 – TROÇO ALCOUTIM - CORTE SERRANO – 1.ª FASE ALCOUTIM/MARTIM LONGO – Liberação Parcial de Garantias**

Bancárias: Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Banco Espírito Santo, S.A., que seja liberado da garantia bancária n.º N00373120 a importância de € 1.851,37 (mil oitocentos e cinquenta e um euros e trinta e sete cêntimos), ficando remanescente o valor € 3.085,62 (três mil, oitenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos), da garantia bancária n.º N00365480 a importância de € 9.618,56 (nove mil, seiscentos e dezoito euros e cinquenta e seis cêntimos), ficando remanescente o valor de € 16.030,93 (dezasseis mil e trinta euros e noventa e três cêntimos), e da garantia bancária n.º N00358081 a importância de € 11.075,56 (onze mil, setenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos), ficando remanescente o valor de € 18.459,26 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), referente ao 3.º ano. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM:** Foi

presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo com o encargo financeiro, no montante de € 1.000,00 (mil euros) mensais, ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcútem, cujo objetivo é o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas e a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares. -----

----- A vereadora sr.ª. Dr.ª. Dalila Barros interveio para mencionar que *“como sócia do CAT recebi”* relatório de contas do mesmo, o qual fazia referência a 1 (um) subsídio no que concerne ao jantar de Natal e aquisição de brinquedos, e que como tal questiona se o subsídio em discussão prende-se com essa questão, ao qual foi esclarecido que são subsídios distintos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM CRUZ VERMELHA PORTUGUESA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo com o encargo financeiro, no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) mensais, à Cruz Vermelha Portuguesa, cujo objetivo é o funcionamento da extensão de Martim Longo, através da prestação de serviços à população no acesso aos cuidados de saúde e apoio social e ainda, a realização de serviço permanente de ambulância. ----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – Apoio**

Fisioterapia/Enfermagem/Nutricionismo: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo com o encargo financeiro, no montante de € 3.850,00 (dois mil e quinhentos euros) mensais, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, com vista a proporcionar o acesso a fisioterapia, enfermagem, nutricionismo, terapia da fala e apoio psicossocial à população do concelho de Alcoutim, com a finalidade de promover a integração social, a saúde, prevenção de doença, da deficiência, da incapacidade assim como habilitar ou reabilitar indivíduos com disfunções de natureza física, mental e social e de infância. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MARTIM LONGO – Apoio**

Infantário: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo com o encargo financeiro, no montante de € 500,00 (quinhentos euros) mensais, ao Centro de Desenvolvimento Cultural e

Social de Martim Longo, com vista a proporcionar apoio na área social e de infância. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- O presidente, sr. Osvaldo Gonçalves não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE MUNICÍPIES DO CONCELHO DE ALCOUTIM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo com o encargo financeiro, no montante anual de € 7.200,00 (sete mil duzentos euros), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, a pagar em 2 (duas) tranches, sendo a primeira após a assinatura do acordo e a segunda no início do 2.º semestre de 2015, com vista à integração profissional de munícipes do concelho portadores de deficiência, em idade ativa, em equipamentos culturais da Câmara Municipal de Alcoutim, por forma a que, estes participem na dinâmica cultural e social do concelho. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM ADECMAR:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal

ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo com o encargo financeiro, no montante de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) mensais, à ADECMAR, no sentido de apoiar o projeto Rancho Infantil da Junta de Freguesia de Martim Longo. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para sugerir que devia constar no referido protocolo, uma cláusula/contrapartida onde constata-se que as atuações para a Câmara Municipal são gratuitas, de modo a salvaguardar os interesses da Edilidade, tendo o sr. presidente da Câmara aceitado a sugestão.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E ASSOCIAÇÃO**

ODIANA/GIP ALCOUTIM: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo, com um encargo global, no montante de € 13.061,28 (treze mil, sessenta e um euros e vinte e oito cêntimos, à ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, no âmbito do funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional.

----- O presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que o anterior animador " *não aceitou continuar*" e como tal foi designado para o cargo, o sr. Dr. Luís Anselmo. Findou referindo que o GIP tem como objetivo disponibilizar informação profissional para jovens desempregados, e que estará disponível 2 (duas) vezes por semana, no concelho de Alcoutim. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para a data do protocolo e entrada em vigor do mesmo, bem como para a redação que diz "*Castro Marim em vez de Alcoutim*". -----

----- O presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio novamente para mencionar que a data será retificada, e informar que a Odiana é que elaborou o documento (protocolo). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – Apoio ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcoutim:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo, com um encargo financeiro, no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), mensais, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, no sentido de proporcionar apoio na área de prestação de cuidados sociais e de socorro. -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – Apoio Infantil:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar

aprovar o protocolo em anexo, com um encargo financeiro, no montante de € 500,00 (quinhentos euros), mensais, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, no sentido de proporcionar apoio na área social e de infância. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – Emissões Televisivas:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo, com um encargo financeiro, no montante de € 5.100,00 (cinco mil e cem euros), a pagar numa única tranche, à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, no âmbito da ação de instalação de equipamento (Emissões Televisivas). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ACORDO DE COLABORAÇÃO COM SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – Saúde Oral:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o Acordo em anexo, com uma

comparticipação financeira, no montante de € 12.000,00 (doze mil euros), pagos mensalmente em tranches de € 1.000,00 (mil euros), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, no âmbito do tratamento de munícipes, encaminhados pelo Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal, para consulta de saúde oral. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E ASSOCIAÇÃO CUMEADAS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto nas alíneas o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em anexo, com um encargo global, no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), à Cumeadas – Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana, no âmbito da conservação e valorização do património natural e florestal, designadamente na constituição e funcionamento de um equipa de sapadores florestais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANA – Anulação de deliberação e aprovação da celebração de protocolo:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar: -----

1. Anular a deliberação tomada na reunião ordinária do dia 8 de outubro de 2014, relativa ao assunto “*COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM*”

E A ASSOCIAÇÃO HUMANA – Aprovação da Celebração de Protocolo”; -----

2. Aprovar a celebração do Protocolo de Cooperação para a recolha de Roupas e Calçado Usados com a Associação HUMANA; -----

3. Isentar a Associação HUMANA da taxa de ocupação da via pública para os contentores a colocar, com base no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento e tabela de Taxas, Tarifas, Preços e Licenças, dado tratar-se de uma Associação sem fins lucrativos. -----

----- A vereadora, sr.ª. Dr.ª. Dalila Barros interveio para alertar para a data do protocolo, tendo o presidente aceite a retificação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO MUNICÍPIO DE**

ALCOUTIM – Abertura de Procedimento: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberar que: ---

1. Seja aprovado pela Câmara Municipal os encargos repartidos por mais um ano económico, após prévio cabimento da respetiva verba pela contabilidade, e os respetivos documentos do procedimento; -----

2. Seja submetido à aprovação pela Assembleia Municipal, os encargos repartidos por mais um ano económico, após prévio cabimento da respetiva verba pela contabilidade; -----

3. Seja determinado a abertura do procedimento concursal ao abrigo do acordo quadro, nos termos da sua cláusula 9, artigo 259 do CCP, para fornecimento de energia elétrica para o Município, após aprovação pela Assembleia municipal da repartição de encargos por mais um ano económico. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMILIAS CARÊNCIADAS – PROCESSO 01/2015:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, referente ao assunto em epígrafe, cujo texto aqui se anexa, à presente ata para todos os efeitos legais, referente à atribuição de um subsídio à Sr^a. D. Celina Teixeira Fernandes Afonso, residente na localidade de Santa Marta, da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no valor de € 827,00 (oitocentos e vinte e sete euros), para pagamento de consulta de oftalmologia e aquisição de óculos, nos termos do art.º 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio € € 827,00 (oitocentos e vinte e sete euros).-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CORPO NACIONAL DE ESCUTAS/AGRUPAMENTO DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a rubrica de despesa corrente 0103 040701, deliberar atribuir uma comparticipação financeira de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), ao Corpo Nacional de Escutas/Agrupamento de Alcoutim n.º 1107, para fazer face às despesas relacionadas com atividades e atribuições identificadas no Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros).-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a rubrica de despesa corrente 0103 040701, deliberar atribuir uma comparticipação financeira de € 500,00 (quinhentos euros), à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, para fazer face aos encargos com a Segurança Social.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, atribuir um subsídio € 500,00 (quinhentos euros).-----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE MEDRONHAIS –**

Comparticipação Financeira: Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a rubrica de despesa corrente 0103 040701, deliberar atribuir uma comparticipação financeira de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), à Associação de Caçadores de Medronhais, para fazer face com despesas com atividades desportivas, lúdicas e de cariz social. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar “*que não está contra a atribuição de subsídios*” e que em tempos tinha solicitado parecer, “*o senhor presidente primeiro não aceitou e ao fim dos tempos*

aceitou”, relativamente às dúvidas suscitadas, no âmbito da atribuição de subsídios, para fazer face a construções/obras que não eram propriedade do Município, e segundo informação do sr. presidente “já chegou” porém “como não nos foi remetido” considera importante essa entrega, no entanto, “confia na palavra do sr. presidente e votará favoravelmente”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros).-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO –**

Comparticipação Financeira: Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a rubrica de despesa corrente 0202 040701, deliberar atribuir uma participação financeira de € 500,00 (quinhentos euros), ao Clube de Karaté de Alcoutim e Martim Longo, para fazer face com despesas com 1.º Torneio de Karaté do concelho de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio € 500,00 (quinhentos euros).-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **DECADA LEGRE ASSOCIAÇÃO – Isenção de Taxa de Ruído:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e Outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa de ruído, requerida pela Decada Legre Associação, para o dia 07 de fevereiro, do

presente ano, no âmbito do 7.º Passeio Turístico de Jipes, denominado “*Jipe por Maus Caminhos 2015*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **NOMEAÇÃO DE COM – COMANDANTE OPERACIONAL**

MUNICIPAL: Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, na sequência da nomeação do Comandante Operacional Municipal (COM), deliberar fixar para o mesmo a remuneração de € 1.922,37 (mil novecentos e vinte e dois euros e trinta e sete centimos), correspondente à posição remuneratória 05.2, nível 29 da carreira de Técnico Superior, nos termos legalmente definidos para a função pública. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que o ponto em discussão prende-se com a determinação do índice remuneratório previsto para categoria de Comandante Operacional Municipal (COM), e como ainda não existe consenso com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) sobre o vínculo laboral destes técnicos, “*o executivo entendeu ficar pelo índice remuneratório equivalente aquilo que o mesmo auferia como adjunto*”. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para questionar “*que em tempos*” foi presente a reunião de Câmara a prorrogação de prazo do COM, “*e falava-se salvo erro até ao ano de 2016, e agora vejo aqui a data de 01 de fevereiro de 2015*”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para esclarecer que o atual COM sr. Eurico Vicente “*tinha sido nomeado*” no ano de 2011, com validade de 3 (três) anos, e quando terminou, a nova legislação obrigava a novas regras, nomeadamente que o COM devia possuir licenciatura, e como o mesmo, não possuía essa característica, o processo “*foi reconduzido*”

com carater de gestão corrente até a nova nomeação, a iniciar a 01 de fevereiro de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador sr. José Carlos Pereira, e, 1 (um) voto contra da vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário